

Demonstrações Financeiras

Rio Barigui Participações S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Rio Barigui Participações S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Barigui Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Guilherme Bento Radominski

Guilherme Bento Radominski
Contador CRC PR-072661/O

Rio Barigui Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.014	78.199
Impostos a recuperar		84	3
		<u>3.098</u>	<u>78.202</u>
Não circulante			
Dividendos a receber	9	19.007	-
Investimentos	9	520.315	500.145
		<u>539.322</u>	<u>500.145</u>
		<u>542.420</u>	<u>578.347</u>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar com partes relacionadas	10	1.067	1.003
Dividendos a pagar	10	-	30.479
Impostos a pagar		5	1
Outras contas a pagar		16	510
		<u>1.088</u>	<u>31.993</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	275.000	275.000
Reserva de capital	11.b	53.535	53.535
Reservas de lucros	11.c / 11.d	212.797	217.819
		<u>541.332</u>	<u>546.354</u>
		<u>542.420</u>	<u>578.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita		-	-
Custo dos serviços prestados		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(138)	(120)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(138)	(120)
Receitas financeiras		5.829	5.320
Despesas financeiras		(271)	(248)
Receitas financeiras, líquidas		5.558	5.072
Resultado de equivalência patrimonial	9	71.310	66.313
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		76.730	71.265
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(1.819)	(1.660)
Resultado do exercício		74.911	69.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado do exercício	74.911	69.605
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	74.911	69.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		275.000	68.467	13.130	151.615	-	508.212
Resultado do exercício		-	-	-	-	69.605	69.605
Destinações:							
Reserva legal	11.c	-	-	3.480	-	(3.480)	-
Ágio em transação de capital	11.b	-	(14.932)	-	-	-	(14.932)
Dividendos mínimos obrigatórios	11.e	-	-	-	-	(16.531)	(16.531)
Retenção de lucros no exercício	11.d	-	-	-	49.594	(49.594)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		275.000	53.535	16.610	201.209	-	546.354
Resultado do exercício		-	-	-	-	74.911	74.911
Destinações:							
Reserva legal	11.c	-	-	3.746	-	(3.746)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.e	-	-	-	-	(17.791)	(17.791)
Dividendos complementares	11.e	-	-	-	(62.142)	-	(62.142)
Retenção de lucros no exercício	11.d	-	-	-	53.374	(53.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		275.000	53.535	20.356	192.441	-	541.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		74.911	69.605
Ajuste para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Resultado de equivalência patrimonial	9	(71.310)	(66.313)
Ajuste de capital de giro			
(Aumento) redução em impostos a recuperar		(81)	2
Aumento em contas a pagar e partes relacionadas		64	70
Aumento em impostos a pagar		1.819	1.662
(Redução) aumento em outras contas a pagar		(494)	151
Impostos sobre o lucro pagos		(1.815)	(1.661)
Fluxos de caixa líquidos originado das atividades operacionais		3.094	3.516
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	9	32.133	34.141
Fluxos de caixa líquidos originado das atividades de investimento		32.133	34.141
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11.e	(110.412)	-
Fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento		(110.412)	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(75.185)	37.657
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	8	78.199	40.542
No fim do exercício	8	3.014	78.199
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(75.185)	37.657
Transações que não afetam o caixa:			
Ágio na transação de capital		-	14.932
Dividendos a receber		(19.007)	-
Dividendos propostos		-	16.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Rio Barigui Participações S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, foi constituída em 16 de julho de 2009 e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades comerciais ou civis, seja como sócia, quotista ou acionista.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 28 de abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4 Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 9** - equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida e avaliação de controle ou controle conjunto de investidas.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

Não identificou-se informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui o seguinte empreendimento controlado em conjunto (joint ventures):

Empresas	Tipo	2024	2023
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.	Empreendimento direto controlado em conjunto	40,17%	40,17%

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro do exercício.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

b. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

b. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa e contas-correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes, quando existente são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**--Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio--Continuação

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros--Continuação

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Classificação e mensuração subsequente:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros na categorias de Empréstimos e recebíveis, os quais são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e na categoria de “valor justo por meio do resultado”.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

e. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Quando aplicável, as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

(i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

(i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação--Continuação

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

Quando aplicável, a provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

(ii) *Ativos não financeiros*--Continuação

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4(c)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6 Principais políticas contábeis--Continuação

i. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024 -- Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Determinadas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - -Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das

Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	1	24.100
Aplicações financeiras (i)	3.013	54.099
	<u>3.014</u>	<u>78.199</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa e são remunerados a taxas referenciadas à 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9 Investimentos

(i) Composição dos saldos

	2024	2023
Investimentos em empreendimento controlado em conjunto - Rocha Terminais Portuários e Logística S. A.		
Participação no patrimônio líquido da controlada em conjunto	323.327	298.439
Ágio aquisição (a)	181.087	181.087
Mais valia aquisição (b)	81.226	81.226
(-) Amortização mais valia líquida aquisição (b)	(65.325)	(60.607)
	520.315	500.145

- (a) Refere-se ao ágio reconhecido como resultado da aquisição de 40,17% do capital da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., em março de 2010. Os referidos valores de ágio/mais valia baseiam-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.
- (b) Refere-se à mais valia atribuída aos ativos tangíveis (principalmente, instalações e equipamentos) e intangíveis (principalmente, contrato de concessão e carteira de clientes) reconhecidos como resultado da aquisição de 40,17% do capital da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., em março de 2010, cuja vida útil estimada é de aproximadamente 20 anos performando um taxa de amortização anual desta mais valia de 5%.

(ii) Informações do empreendimento controlado em conjunto

Controle conjunto	Rocha	
	2024	2023
Ativos circulantes	284.154	286.333
Ativos não circulantes	1.855.828	1.611.435
Passivos circulantes	352.012	195.625
Passivos não circulantes	627.189	603.326
Receitas do exercício	488.046	425.643
Custos e despesas do exercício	(298.761)	(248.797)
Lucro líquido da investida no exercício	189.285	176.846
Capital social	31.574	31.574
Quantidade de quotas possuídas	12.681.971	12.681.971
Patrimônio líquido	1.160.781	1.098.817
Participação no capital social no final do exercício	40,17%	40,17%
Participação no patrimônio líquido	466.286	441.395

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9 Investimentos--Continuação

(iii) Movimentação do investimento no exercício

Controle conjunto	<u>Rocha</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	482.905
Dividendos recebidos (ii)	(34.141)
Ágio em transação de capital (vide nota explicativa 11.b)	(14.932)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	66.313
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>500.145</u>
Dividendos recebidos (ii)	(32.133)
Dividendos a receber	(19.007)
Resultado de equivalência patrimonial (i)	71.310
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>520.315</u>

- (i) A Companhia apresenta, em suas demonstrações financeiras como redutor da equivalência patrimonial de seus investimentos, a parcela correspondente a cada amortização de mais valia auferida gerada quando da aquisição de seus investimentos.

(iii) Movimentação do investimento no exercício

- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu a título de dividendos o montante de R\$ 32.133 pagos pela investida à Companhia relativos aos dividendos acumulados na reserva de lucros acumulados pela investida até 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a título de dividendos o montante de R\$ 34.141, composto por: (i) R\$ 17.788 pagos pela investida à Companhia relativos ao dividendo mínimo do exercício de 2023; e (ii) R\$ 16.353 pagos pela investida à Companhia relativos ao dividendo mínimo do exercício de 2023.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Companhia são formados pelos ágios pagos em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

Os ágios apresentados no balanço estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

Os ágios mantidos pela Companhia estão abaixo resumidos:

<u>Negócio adquirido</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Rocha Terminais Portuários (Nota Explicativa 9)	181.087	181.087

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) às quais o ágio está alocado.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9 Investimentos--Continuação

(iii) Movimentação do investimento no exercício--Continuação

Unidade Geradora de Caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Cada negócio adquirido representa uma Unidade Geradora de Caixa.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos e posteriormente perpetuadas. O primeiro ano do fluxo projetado está de acordo com o orçamento detalhado da Administração para cada controlada, a qual é considerada a Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins do teste de recuperabilidade. Para os próximos anos foram adotadas premissas de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. A taxa de crescimento nominal média para o período de projeção foi de 8,5% e de descontos antes dos impostos foi de 12,9%.

10 Partes relacionadas

(i) Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria estatutária e conselheiros. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 38 (R\$ 35 em 2023). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Ativos		Passivos	
	2024	2023	2024	2023
Angra Infra Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	30.479
Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.	<u>19.007</u>	<u>-</u>	<u>1.067</u>	<u>1.003</u>
	<u>19.007</u>	<u>-</u>	<u>1.067</u>	<u>31.482</u>
Saldos por natureza				
Ativo não circulante				
Dividendos a receber	19.007	-	-	-
Passivo circulante				
Contas a pagar (i)	-	-	1.067	1.003
Passivo circulante				
Dividendos a pagar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.479</u>
	<u>19.007</u>	<u>-</u>	<u>1.067</u>	<u>31.482</u>

- (i) Refere-se a despesas pagas pela Companhia que serão reembolsadas posteriormente. Não houve transações significativas entre as partes relacionadas as quais tiveram impacto no resultado dos exercícios.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia é composto de 275.000.003 ações ordinárias sem valor nominal, tendo tais ações sido totalmente integralizadas. O capital social está distribuído da seguinte forma entre os acionistas:

Acionistas	Participação	Ações	Capital
Angra Infra Fundo de Investimento em Participações	100,00%	275.000.000	275.000
Ações em tesouraria	0,00%	2	-
Alberto Ribeiro Guth	0,00%	1	-
	<u>100,00%</u>	<u>275.000.003</u>	<u>275.000</u>

b. Reserva de capital

Refere-se ao ágio decorrente do acréscimo no patrimônio líquido da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., em virtude da reestruturação societária da investida, no ano de 2011, no montante de R\$ 24.605 e ao ganho decorrente da variação no percentual de participação na Rocha Terminais Portuários e Logística S.A., oriunda da reestruturação societária ocorrida em novembro de 2014, no montante de R\$ 43.862. O valor de R\$ 14.932 refere-se à 40,71% do montante de R\$ 37.176 referente ao ágio em transação de capital registrado na investida Rocha Terminais Portuários, consonância com os dispostos no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e no ICPC 09 - Demonstrações Contábeis, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial cuja origem auferido foi a aquisição de 40% da Rocha RS Terminais Portuários e Logística S.A. realizada em outubro de 2019.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia.

e. Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (25% em 2023) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

11 Patrimônio líquido--Continuação

e. Dividendos--Continuação

	2024	2023
Resultado do exercício	74.911	69.605
(-) Reserva legal	(3.746)	(3.480)
Base de cálculo	<u>71.165</u>	<u>66.125</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>17.791</u>	<u>16.531</u>

Em 28 de abril de 2023 a Assembléia Geral Ordinária aprovou a proposta da distribuição dos dividendos mínimos a pagar relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 16 de fevereiro de 2024 a Assembléia Geral Extraordinária deliberou sobre a prorrogação do pagamento dos dividendos aprovados na Assembléia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023. Em 25 de julho de 2024 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a proposta da distribuição dos dividendos a pagar contabilizados no passivo circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e dividendos acumulados na reserva de lucros. Em 18 de dezembro de 2024 a Assembléia Geral Extraordinária também deliberou pagamento antecipado dos lucros apurados no decorrer do exercício de 2024 a título de dividendos acumulados na reserva de lucros. Ao longo de 2024 a Rio Barigui distribuiu um total de R\$ 110.412 aos seus acionistas.

12 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro do exercício antes dos impostos	76.730	71.265
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34% (Adições) e exclusões	(26.088)	(24.230)
Resultado de equivalência patrimonial	24.245	22.546
Diferencial de alíquota	<u>24</u>	<u>24</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado: Corrente	<u>(1.819)</u>	<u>(1.660)</u>
Alíquota efetiva	(2,37%)	(2,33%)

13 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não realizou operações com derivativos.

Rio Barigui Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13 Instrumentos financeiros--Continuação

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

		2024		2023	
	Nota	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos					
Caixa e bancos	8	1	-	1	24.100
Aplicações financeiras	8	3.013	-	3.013	54.099
Passivos					
Contas a pagar com partes relacionadas	10	-	1.067	1.067	1.003
Dividendos a pagar	10	-	-	-	30.479
Outras contas a pagar	-	-	16	16	510

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de R\$ 3.014 (R\$ 78.199 em 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para o seguinte risco resultante de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.
